

HABEAS CORPUS Nº 552.522 - SE (2019/0376678-2)

RELATOR : **MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**
IMPETRANTE : FAUSTO GOES LEITE JUNIOR
ADVOGADO : FAUSTO GOES LEITE JUNIOR - SE002525
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE
PACIENTE : V S S (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE

DECISÃO

V. S. S. alega sofrer coação ilegal em seu direito de locomoção, em decorrência de acórdão proferido pelo **Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe**, que manteve a sua prisão preventiva no HC n. 0000057-30.2019.8.25.0018.

Consta dos autos que o paciente foi preso preventivamente pela suposta prática do delito descrito no art. 217-A, do Código Penal.

Neste *writ*, alega o impetrante, em suma, a ausência de fundamentação idônea para a prisão preventiva, pois não preenchidos os requisitos do art. 312 do Código de Processo Penal.

Pede, inclusive liminarmente, a soltura do paciente ou a aplicação de cautelares diversas.

Indeferida a liminar (fls. 455-456) e prestadas as informações, veio o parecer do Ministério Público Federal (fls. 478-482), que opinou pelo não conhecimento do *writ*.

Decido.

I. Contextualização

Consta dos autos que o paciente foi preso preventivamente pela suposta prática do delito descrito no art. 217-A, do Código Penal.

[...]

Compulsando os autos observa-se que há prova da materialidade e indícios suficientes de autoria do delito, conforme depoimentos contidos nos autos, bem como as provas documentais colhidas, como o relatório final policial e, principalmente, pelo depoimento especial da

vítima menor, que de forma clara **expressa a violência psicológica que o menor vem sofrendo e sendo coagido a não contar a verdade dos fatos, matéria esta que inclusive é objeto de ação de declaração de situação de risco do menor em trâmite neste Juízo.**

Verifica-se que, distintamente do alegado pelo réu, o crime cometido por este é de relevante reprovação e afronta diretamente à moralidade social, tendo em vista tratar-se de **estupro de pessoa vulnerável**, a qual exige uma tutela ainda mais efetiva a ser prestada pelo Estado, estando presente, no caso vertente, a inequívoca necessidade de se garantir a ordem pública.

Com efeito, a garantia da ordem pública, deve ser entendida como a necessidade da segregação de modo a **evitar que o réu pratique novos crimes de relevante gravidade, como os fatos narrados no caso sub examine.**

Diante de delitos de tal natureza, que vem ocorrendo cada vez com mais frequência, temerosa se mostra a revogação da custódia, na medida em que exporia a sociedade a riscos, não mais suportáveis em razão da criminalidade crescente, e, principalmente, **colocaria em risco novamente a vítima**, tendo em vista que o réu possui amplo acesso ao menor, possibilitando de forma fácil e rápida a reiteração do delito, risco este que não pode ser aceito e permitido pelo Poder Judiciário, sob pena de afronta direta aos ditames normativos constitucionais e legais (fls. 82-83, grifei).

O acórdão denegou a ordem, nos seguintes termos:

[...]

O decreto que indeferiu a revogação da prisão, nessa linha, consignou que 'pelo depoimento especial da vítima menor, que de forma clara expressa a **violência psicológica que o menor vem sofrendo e sendo coagido a não contar a verdade dos fatos, matéria esta que inclusive é objeto de ação de declaração de situação de risco do menor em trâmite no Juízo.**' A soltura do paciente, então, influenciaria negativamente o quadro relatado, agravando-o, notadamente porque, como mencionado, existia relação próxima entre as partes e o contato provavelmente será procurado pelo paciente, que

conta com o reprovável apoio dos pais da criança.

Valendo-nos da decisão recorrida, 'o réu possui amplo acesso ao menor, possibilitando de forma fácil e rápida a reiteração do delito, risco este que não pode ser aceito e permitido pelo Poder Judiciário, sob pena de afronta direta aos ditames normativos constitucionais e legais.' A proteção da integridade da vítima, em especial de crianças em situação de vulnerabilidade, é um dos braços da ordem pública e, de tal maneira, legitima o cárcere preventivo, conforme julgado 'não há ilegalidade na custódia cautelar devidamente fundamentada na in verbis necessidade de resguardar a integridade física e psicológica da vítima. Precedentes do STJ.' (STJ, RHC nº 105.308/PA, Dj-e de 04 de fevereiro de 2019) Portanto, não há como restaurar por completo a liberdade, nem mesmo como conceder medidas cautelares menos danosas (fl. 145, destaquei).

De acordo com as informações prestadas (fls. 484-486), foi designada audiência marcada para o dia 6/2/2020.

Não foi possível consultar o andamento do processo na página eletrônica do TJSE.

II. Idoneidade da prisão preventiva

A prisão preventiva é compatível com a presunção de não culpabilidade do acusado desde que não assuma natureza de antecipação da pena e não decorra, automaticamente, da natureza abstrata do crime ou do ato processual praticado (art. 313, § 2º, CPP). Além disso, a decisão judicial deve apoiar-se em motivos e fundamentos concretos, relativos a fatos novos ou contemporâneos, dos quais se se possa extrair o perigo que a liberdade plena do investigado ou réu representa para os meios ou os fins do processo penal (arts. 312 e 315 do CPP).

Apoiado nessa premissa, verifico que se mostram suficientes as razões invocadas na instância de origem para embasar a ordem de prisão do ora paciente, porquanto contextualizaram, em dados dos autos, a necessidade cautelar de segregação do réu.

O *decisum* prolatado ressaltou a gravidade concreta da conduta perpetrada e o fundado risco de reiteração delitiva, **diante do *modus operandi* empregado pelo agressor – valeu-se da relação doméstica e de**

confiança, para prática de abusos contra seu sobrinho de apenas 5 anos de idade, o qual foi coagido para não revelar os fatos. Tais circunstâncias justificam a custódia cautelar para garantir a aplicação da lei penal e assegurar a conveniência da instrução criminal. Nesse sentido:

HABEAS CORPUS. ESTUPRO DE VULNERÁVEL. PRISÃO PREVENTIVA DECRETADA. ART. 312 DO CPP. *PERICULUM LIBERTATIS*. REITERAÇÃO DELITIVA E CONDIÇÃO DE FORAGIDO. FUNDAMENTAÇÃO SUFICIENTE. HABEAS CORPUS DENEGADO.

1. A jurisprudência desta Corte Superior é firme em assinalar que a determinação de segregar cautelarmente o réu deve efetivar-se apenas se indicada, em dados concretos dos autos, a necessidade da cautela (*periculum libertatis*), à luz do disposto no art. 312 do CPP.

2. O Juízo singular apontou a presença dos vetores contidos no art. 312 do Código de Processo Penal, em especial a garantia da ordem pública, evidenciada pela gravidade concreta da conduta delitiva, ao destacar que o paciente, além de ostentar antecedentes – **inclusive por delito de igual natureza** –, **estava ciente de que contra ele apuravam-se os fatos descritos na denúncia, mudou de endereço sem comunicar às autoridades e, até o momento, não há notícia de que haja sido localizado, de forma a indicar o risco concreto à aplicação da lei penal.**

3. Habeas corpus denegado (HC n. 404.055/SP, Rel. Ministro **Rogério Schietti**, DJe 26/10/2017, destaquei).

[...]

2. O Juiz de primeira instância apontou concretamente a presença dos vetores contidos no art. 312 do Código de Processo Penal, indicando motivação suficiente para justificar a necessidade de colocar o paciente cautelarmente privado de sua liberdade, uma vez que **ressaltou a gravidade concreta do delito, cuja reiteração ao longo do tempo denota a periculosidade do agente.**

3. Recurso não provido.

(RHC n. 90.592/MG, Rel. Ministro **Rogério Schietti**, 6ª T., DJe 27/3/2018, destaquei)

HABEAS CORPUS. ESTUPRO DE VULNERÁVEL.

PRISÃO PREVENTIVA. ART. 312 DO CPP. PERICULUM LIBERTATIS. MOTIVAÇÃO IDÔNEA. ORDEM DENEGADA.

[...]

2. O *decisum* prolatado ressaltou a **gravidade concreta da conduta perpetrada e o fundado risco de reiteração delitiva, diante do *modus operandi* empregado pelo agressor - valeu-se da relação doméstica e de hospitalidade, para prática de diversos abusos contra a vítima. Além disso, foi devidamente registrado que o acusado está foragido.** Tais circunstâncias justificam a custódia cautelar para garantir a aplicação da lei penal e assegurar a conveniência da instrução criminal.

3. Ordem denegada.

(HC n. 504.603/SP, Rel. Ministro **Rogério Schietti**, 6ª T., DJe 10/6/2019, grifei).

III. Substituição da prisão preventiva por cautelares diversas – inadequação e insuficiência

De igual modo, **indicada a reiteração do cometimento de crimes sexuais pelo recorrente, notadamente em razão do *modus operandi* empregado na conduta ilícita, entendo que não apenas a vítima mas também outras pessoas correm risco.** Logo, a adoção de medidas cautelares diversas não se prestaria a evitar a prática de novas infrações penais (art. 282, I, do Código de Processo Penal).

Ilustrativamente:

[...]

6. Indevida a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão quando a segregação encontra-se justificada na gravidade do delito cometido e na necessidade de se evitar a reiteração delitiva.

7. Recurso ordinário conhecido e improvido.

(RHC n. 62.316/SP, Rel. Ministro **Jorge Mussi**, 5ª T., DJe 24/8/2016)

IV. Dispositivo

Por fim, ressalto que, sob o prisma do entendimento adotado

Superior Tribunal de Justiça

por esta Corte Superior de Justiça acerca da necessidade de manutenção da custódia preventiva em casos como o dos autos, não há óbice a que se decida este habeas corpus de forma monocrática, haja vista ser expressamente autorizado – pelo inciso XX do art. 34 do Regimento Interno deste Superior Tribunal – que o Relator decida o habeas corpus, **monocraticamente**, quando a decisão impugnada se conformar com a jurisprudência dominante acerca do tema.

À vista do exposto, com fundamento no art. 34, XX, do RISTJ, **denego a ordem**.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 1º de abril de 2020.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**
Relator